



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 208ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Lúcio Machado.

As catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 193/74, que aprova Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando realização de Exposição de Produtos Agropecuários naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ e CAIC. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura de Paranavaí, objetivando a realização da exposição de produtos agropecuários naquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 193/74

É submetida à apreciação da Casa, Mensagem do Poder Executivo, transformada na presente Proposição, que pretende a aprovação para o Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando a realização da exposição de produtos agropecuários naquele município.

Cumpra, assim, o Senhor Governador determinação constitucional, eis que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado, diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação, Sub-censura.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/75

O Senhor Governador encaminhou a esta Assembléia o termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura de Paranavaí, objetivando a realização da Exposição de Produtos Agropecuários naquele município.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, considerando a matéria constitucional e legal, opinou pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução que ofereceu e o qual é, agora, submetido à apreciação desta Comissão de Agricultura.

O objeto do Convênio ou seja a realização da Exposição Agropecuária em Paranavaí, se constitui em evento de maior importância para o nosso Estado, pelo que o nosso parecer é favorável ao Projeto de Resolução.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 11, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 209ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme

Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Mugiati Filho, Otássio Pereira, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Azize dos Santos Gonçalves, ocorrido em 05 de novembro de 1975, na cidade de Antonina, PR.

Da decisão da Casa, requer, dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, seja consignado voto de congratulações às emissoras de televisão TV Paraná Canal 6 e TV Paranaense Canal 12, pela excelente cobertura dada às provas do Grande Prêmio Paraná, transmitidas diretamente do Hipódromo do Tarumã, num esforço pioneiro dentro de nosso Estado, nessa modalidade esportiva, cujo sucesso alcançado já fez com que os aficionados do "Esporte dos Reis" pensem na possibilidade de assistirem mais frequentemente, pelo vídeo, a realização das grandes competições que são seguidamente programadas pelo Jockey Club do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO —

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 35º aniversário de fundação do Rotary Clube de Londrina, tradicional clube de serviço que na capital do café vem prestando notáveis serviços à sociedade londrinense.

Fundado em 7 de novembro de 1940, o Rotary Clube de Londrina, teve como seus fundadores as figuras de Anísio Figueiredo, Newton Leopoldo da Câmara, José Bonifácio e Silva e Ruy Cunha.

Dos seus fundadores o médico Anísio Figueiredo chegado a Londrina em 1936, foi o primeiro médico da cidade, é pois o pioneiro na medicina em Londrina.

Tendo hoje na sua presidência o jornalista João Milanez, o Rotary Clube de Londrina tem a sua existência alicerçada nos constantes trabalhos desenvolvidos nas mais diferentes áreas, dando-lhe como consequência grande parcela da responsabilidade pelo extraordinário surto de progresso que marcou a vida da própria cidade.

É justo que reconheçamos o abnegado trabalho dos rotarianos que nesses 35 anos participaram da vida do tradicional clube de serviço.

Saia das Sessões, em 07 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 28º aniversário de emancipação política do município de Ibiporã, ocorrido sábado último.

Ibiporã, na verdade foi fundada em 1934, pelo engenheiro paranaense Dr. Francisco Beltrão, que planejou e executou todo o serviço de engenharia da cidade.

Ibiporã ganhou foros de Distrito Administrativo em 20 de outubro de 1938 e pela Lei estadual nº 02 de 10 de outubro de 1947 foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do de Sertãozinho, dando-se sua instalação em 08 de novembro de 1947, data em que foi empossado o seu primeiro prefeito, Sr. José Pires de Godoy.

Da decisão desta Casa, pede-se seja dado ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Ibiporã e à Câmara Municipal daquele próspero município.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL —

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado subscritor do presente, requer, ouvido o plenário, que a Mesa determine a expedição de correspondência, manifestando os agradecimentos desta Casa, pelo acolhimento dispensado pelos Executivos Municipais e pelas Câmaras Municipais de Maringá, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e Terra Rica aos ilustres parlamentares com assento nesta Assembléia Legislativa que lá compareceram nos dias 8 e 9 próximos passados.

A reverência desta Casa para com aquelas autoridades é perfeitamente justificável, pois no final da semana passada, uma parcela representativa de parlamentares desta Assembléia, esteve, acompanhada também por diversos funcionários deste Poder, disputando partidas de futebol contra seleções de prefeitos e vereadores daquelas cidades no Noroeste paranaense, mais precisamente nos municípios de Santa Cruz do Monte Castelo e Terra Rica, cujas rendas foram revertidas à várias instituições assistenciais.

Nestas ocasiões, além de sentirmos a alta consideração e o profundo respeito que a gente do Noroeste paranaense tributa ao Poder Legislativo do nosso Estado, tomamos conhecimento das principais, legítimas e justas reivindicações daquela região.

Estes encontros de confraternização estabelecem afinidade e integração e neles aproveitamos para conferirmos a potencialidade produtiva das fértilíssimas terras noroestinas, cujo povo não tem sido tratado com justiça, na divisão dos recursos estaduais e federais através de obras públicas.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que determine seja reconstruída a Ponte de Zinco, que liga Curitiba a Mandirituba, bem como a Ponte de Cachimba, que liga Umbará e Mandirituba e deste local a Araucária.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Ponte de Zinco que liga Curitiba a Mandirituba é de madeira, e está ameaçando ruir, o que constitui um iminente perigo aos que por ali tentarem passar.

Acontece que servem-se da ponte, não só automóveis, mas também caminhões carregados de madeira, tijolos, areia, pois várias olarias estão situadas naquele local, bem como caminhões que transportam a produção agrícola da região, e em razão do perigo que se apresentam são estes, em número de quatrocentos aproximadamente, obrigados a dar uma volta pela BR-116, numa extensão de mais de 25 km além do que precisariam se passassem pela ponte.

Quanto à ponte da Cachimba, esta acha-se caída há dois anos, sendo que o mesmo tipo de transporte que passa pela outra ponte passaria também por esta, que liga Umbará a Mandirituba e a Araucária.

Por estar caída, são os veículos obrigados também a dar uma volta pela BR-116, numa extensão de aproximadamente 15 km a mais do que fariam pela ponte.

Como trata-se de pontes que facilitam o transporte das mercadorias, produção agrícola e materiais produzidos e fabricados pela região, e que contribuem grandemente para a economia paranaense, e tendo em vista que em razão de estarem intransitáveis estas pontes, os veículos são obrigados a rodar mais do que o necessário, além de perderem demasiado tempo, o que, sem dúvida, constitui um real prejuízo àquela região e conseqüentemente à nossa economia.

Assim é que nosso pedido é para que sejam tomadas imediatas providências no sentido de reconstruírem as mencionadas pontes, pondo fim à difícil situação em que o povo daquela região se encontra atualmente.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente..

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer a V. Exa. se digne, após ouvido o douto plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. Arturo Andreoli, digníssimo Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a eletrificação rural da localidade de ESPIGÃO AZUL, povoado do município de Cascavel, e distante de sua sede aproximadamente 15 km, pela rodovia que demanda a Assis Chateaubriand.

JUSTIFICATIVA:

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, muito tem cooperado para o desenvolvimento da agricultura e pecuária de nosso Estado, através da ampliação da eletrificação rural.

A micro-região de Cascavel, a qual representamos nesta Casa, por seu estupendo desenvolvimento e pela contribuição que tem prestado ao Governo, no que tange à arrecadação estadual, justamente em razão daqueles setores, merece um eficaz

atendimento por parte da COPEL, no que se refere a essa justa reivindicação.

O povoado do ESPIGÃO AZUL, a exemplo do que acontece em relação a todo oeste do Paraná, é composto de várias Fazendas de médio e grande porte, cujas produções, potencialmente de trigo e soja, são consideráveis, e, com a pretendida eletrificação, poderá montar suas máquinas de secagem e tratamento daqueles cereais, inclusive implantando graneleiros e silos.

Ademais, como é do conhecimento da diretoria daquela empresa, a Cascavel ainda não possui qualquer implantação de eletrificação rural que viabilize o equacionamento econômico da agricultura, o que se torna um fator negativo ao progresso conjunto da região.

Espera-se, portanto, que os dinâmicos dirigentes da COPEL estabeleçam os estudos, projetos e execuções desse benefício para a proclamada localidade e, simultaneamente em todo o município de maior desenvolvimento regional, ou seja: CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do expediente.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, esta Presidência deseja registrar a presença do Deputado Federal Gamaliel Bueno Galvão a esta Assembléia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Minha presença na tribuna nesta tarde, prende-se ao registro que desejamos fazer, com relação às rodovias que o Governo do Estado, através do DER e Secretaria de Transportes, estão construindo na região que temos a honra de representar nesta Casa - a região centro - Oeste do Paraná.

Em verdade, quando algumas vezes se levantam vozes para criticar dura e acerbamente a atual administração, afirmando, graciosamente, que nada se faz em prol do desenvolvimento do nosso Estado, compete a nós, Deputados da bancada Arenista, mencionados como - Parlamentares situacionistas, homens do Governo, como se fôsse desdouro pertencer a uma agremiação político majoritária - e que detem o poder, comete a nós, repito, registrar e louvar os empreendimentos, as iniciativas e o empenho governamental, nos mais diferentes setores da pública administração. Obras que estão em curso e que sintetizam, de fato, antigas aspirações da gente interiorana, cujos clamores são ouvidos e atendidos pelo governo honrado e dinâmico do Sr. Jayme Canet Junior, num magnífico esforço para dar ao Paraná novos índices de progresso e novas etapas de desenvolvimento.

E como representante da região Centro-Oeste, não poderia deixar de louvar os trabalhos que estão sendo efetuados pelos citados órgãos nas estradas, com revestimento primário que estão sendo executados em Pitanga, Ivaí, Ipiranga, bem como a importante rodovia asfáltica, ligando Guarapuava a Pitanga numa extensão de 90 km.

Em Pitanga, podemos assinalar as seguintes rodovias, em plena execução: Pitanga-Palmital, com 70 km; Manoel-Ribas-Cândido de Abreu, com 50 km; Catuporanga-Muquillo, com 25 km (já concluída); Pitanga-Santa Maria, com 35 km; e Pitanga-Manoel Ribas-Ivaiporã, com 80 km, todas em revestimento primário.

Em Ipiranga, a ligação da BR-227-Ipiranga, com 25 km em revestimentos primário.

Ivaí-Cândido de Abreu, com 80 km em revestimento primário, e a ligação da BR 277-Ivaí, com 30 km, em revestimento primário.

Verificamos assim, que os nossos esforços, junto ao Sr. Governador do Estado, tiveram pleno êxito, o que justifica nossa euforia.

E é por isso Dr. Ozires Stenguel Guimarães e Tancredo

Benghi e demais componentes daqueles órgãos, que queremos em meu nome e em nome do povo daquela região, dizer-lhes publicamente, o nosso MUITO OBRIGADO”.

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quinta-feira estivemos na cidade de Antonina, ocasião em que toda a sua população vivia o aniversário da cidade.

E pudemos sentir de perto o anseio dos “capelistas” e afirmação de fé daquele povo.

Com a presença do Governador Jayme Canet Júnior, as lideranças de Antonina puderam fazer sentir ao Governador a mais importante reivindicação de sua gente: Antonina quer condições de trabalho.

Antonina reclama um funcionamento mais ativo de seu porto, daquele mesmo porto que foi o grande escoadouro de nossa riqueza.

E notamos que o antoninense conseguiu estender a mensagem positiva do Governador.

O próprio porto já está sendo reativado, tendo melhorado sua posição neste ano, comparativamente ao ano de 74.

E a palavra do Governador foi de entusiasmo, pois foi a certeza de que o porto continuará a sua caminhada de recuperação.

Ao lado desse aspecto os estudos do governo para colocar em ação o seu plano turístico, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, o aprimoramento da técnica da pesca e a facilitação da instalação de indústrias.

Foi segura a notícia dada pelo Governador de que o Estado irá auxiliar Antonina e o Litoral paranaense para que ali também se consiga o índice de desenvolvimento que outras regiões do Estado alcançaram.

Mas o que o Governo pediu foi a união de povo e Governo para que juntos se possa trabalhar pelo progresso do Paraná e do Brasil.

Daí a razão da minha presença nesta tribuna apenas para expressar, no dia de seu aniversário, ver que este povo terá a ativação de sua atividade portuária e sentindo também a presença e o compromisso assumido pelo Sr. Governador quando naquele município.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente subíamos a esta tribuna para tecer críticas sobre uma pseudo filosofia de programa de Governo ditada pela Lei de Meios que tramita nesta Casa. Falávamos do percentual despendido ou a ser deferido ao setor educacional do Estado do Paraná.

Ao se comparar o projeto em vigor, do exercício em vigor com o que tramita para o próximo exercício, verifica-se que houve um aumento nominal no percentual de 1,3 aproximadamente. O orçamento de 76, comparativamente ao de 75, recebeu um acréscimo também nominal de pouco mais de 45 por cento, quer dizer, em números redondos, de 5 para 7 bilhões de cruzeiros.

Todavia observa-se também no setor de transportes uma pequena diferença. Dois setores dos mais carentes do Estado do Paraná. Sobre tudo tenho para mim que a estrutura de um povo se faz com cultura, com instrução em última análise, e primariamente.

Abro um jornal de Cascavel, uma das regiões de influência deste inominável complexo hidrelétrico de Itaipu, uma das regiões de maior progresso e índice de crescimento não só demográfico, mas econômico e social do Estado do Paraná. E à medida que se desenvolvem e se analisam as projeções e os projetos do

Governo em nossa região, verifica-se que há uma grande defasagem, uma irregularidade nas metas governamentais.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao nobre orador que dispõe de só mais um minuto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Um minuto é suficiente para reafirmar que em Cascavel cresce um número de crianças, em fase obrigatória de ir à escola. A vadiagem está rondando os lares menos possibilitados e no Estado do Paraná, o organismo jurídico, político-paranaense, está abaixo, da crítica com relação à escola primária, ou seja, a escola de primeiro grau enquanto o município mantém, 146 estabelecimentos, o Estado do Paraná, contribui com apenas quatro salas de aulas, e nenhum professor para este setor.

Voltarei à tribuna para formular críticas e oterecer sugestões. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador—

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, o deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito se tem falado nesta tribuna, sobre a devastação na serra do mar. Nós recebemos carta da J. C. Santos, que diz entre outras coisas. “Sr. Deputado Lúcio Machado, use de sua tribuna na Assembleia, concite seus colegas de bancada na defesa do nosso povo, contra o grande crime que aqui está se cometendo: A devastação das matas da Serra do Mar, vimos defender o meio ambiente às custas de irremediáveis prejuízos à coletividade.

Tomo a liberdade de juntar este artigo publicado na “Gazeta do Povo”, de lavra deste brasileiro eminente e historiador ilustre, que se chama David Carneiro, leia-o, e medite as verdades graves que nele contém, e mãos à obra, Sr. Lúcio Machado e todos os seus brilhantes colegas em defesa deste patrimônio, é grave a devastação de nossas matas. E se assim procederem, estarão bem acompanhados e terão o agradecimento, de gentes de nossos dias e reconhecimento das gerações vindouras.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, num pequeno trecho da carta do missivista, e nós lembramos nesta oportunidade que sempre condenamos a atitude dos ceifadores das florestas deste Paraná. Eles se incumbem de destruir as florestas e as ruas fainas, enfim, destruir tudo, a floresta, e a fauna paranaense. Tantas e tantas vezes tenho falado desta tribuna, a Lei existe para coibir os abusos, porque falta o cume da Justiça para que a Lei seja cumprida. E a “Gazeta do Povo” divulgou no dia 28 de outubro sob o título “A devastação na Serra do Mar”, a seguinte nota:

“A impressão que me fez o artigo da Gazeta de 17 de outubro, contanto da atitude de alguém que desobedece as leis e devasta a nossa Serra do Mar, de toda sua riqueza florestal, não poderia ser pior. Acreditei ser possível amanhã, focarmos todos sem governo e sem manutenção da ordem, apenas regidos pelo banditismo, pelo marginalismo, pelos pseudos-humanos que se satisfazem nas suas condições de animais, mas não satisfazem as suas condições sociais de atender às prescrições da Lei. Mas ainda pior do que isso, fiquei certo da impossibilidade de coerção ou por deficiência dos meios teóricos, ou por fraqueza direta dos encarregados de exigir que as leis especiais sejam cumpridas de parte, dos encarregados da vigilância e fiscalização do que se está extraindo indevidamente das encostas das nossas montanhas nas fraudas da serra do mar.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que V. Exa. tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o crime de devastação em nossas matas já configurou a apoteose de 99 por cento até onde poderia ter ido.

E por que as autoridades responsáveis para coibição deste abuso, não tomam providências no sentido de cumprir a Lei? A Lei existe para coibir esses abusos e esperamos que as autoridades competentes tomem as devidas providências, conforme queixas e reclamos, não só do missivista que a mim se dirigiu, mas de todo o povo do Paraná que sente a falta da presença da autoridade

para coibir abusos dessa natureza.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, quinto orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rapidamente, em síntese, no Pequeno Expediente, aproveitando a oportunidade da visita do Sr. Presidente da República, ocasião em que ponderarei a oportunidade de encaminhar ao Chefe da Nação um requerimento solicitando a implantação, em nosso Estado, de um polo Alcooleiro: (Lê):—

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que S. Exa. envie esforços, junto ao Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, que ora visita o Paraná, a fim de que seja instalado, em nosso Estado, um polo Alcooleiro, que, entre outras finalidades, venha a suprir parte da quota a ser estipulada pelo governo federal, para o setor de combustíveis movidos à gasolina.

Talvez, apesar de já bastante divulgado, convém aqui lembrar o que a decorrência da medida proposta poderá, intrinsecamente e extrinsecamente beneficiar a economia paranaense e brasileira.

Trata-se Sr. Presidente, de utilizar, como combustível, auxiliar do petróleo, o álcool hidratado, proveniente da cana de açúcar, mandioca e batata, contendo entre 5 a 8 por cento de água, com gasolina amarela, na proporção entre 30 a 50 por cento e não 20 por cento conforme alguns técnicos, do ramo desejam.

Quem diz é o professor Nilton Emilio Buhner, autoridade máxima no assunto aqui no Paraná e que responde pela Superintendência das Usinas-Piloto do Centro Politécnico.

Com a medida, a gasolina distribuída pelas redes autorizadas aos consumidores nacionais, terá acrescida a sua octonagem de 62 octonas para 72, melhorando o mesmo e proporcionando alta economia ao veículo que a usar.

Para se conseguir esta medida, atualmente, adiciona-se entre 0,3 a 0,8 gramas de chumbo tetraetila por litro na gasolina e o mesmo torna-se, quando consumido pelo motor, em um poderoso veneno, que vem cada vez mais, poluindo nossa atmosfera e posteriormente a nossa alimentação, quando, absorvido pelo solo após as monções. Já foram detectados, para se ter uma idéia, chumbo tetraetila até em Icebergs no Ártico.

Nos EUA, França, Alemanha e outros países, já fizeram leis, que estão sendo observadas, para reduzir esta percentagem para 0,1 grms por litro de gasolina.

O álcool etílico como anidro pode chegar até 90 por cento de pureza e o álcool comum ou comercial a 95 por cento.

Se, conforme os testes, o álcool seria consumido pelos atuais motores e combustão interna 1,5 vezes mais que a gasolina, por outro lado isto seria compensado pelos preços do mesmo que são, ainda no estágio atual, mais baratos (3,50 a gasolina para 2,20 a 2,80 o álcool), podendo se-lo ainda mais barato quando possuir uma base adequada.

A implantação de uma indústria alcooleira para o consumo de combustível, traria ao País, uma economia enorme, com a diminuição da importação de petróleo (atualmente 79 por cento do consumo nacional) para 20 por cento menos, inicialmente, já que o álcool viria a substituí-lo.

Quanto ao Paraná, seria, conforme o próprio termo bíblico um verdadeiro “manah” a implantação do referido polo.

Quando falamos que os benefícios seriam extrínsecos e intrinsecamente rentáveis ao nosso Estado não estávamos procurando cair na demagogia.

Extrínsecamente as linhas anteriores deste Requerimento estão a provar. Intrinsecamente a implantação do polo alcooleiro

traria benefícios ainda maiores.

Se observarmos as regiões agrícolas do Paraná, veremos que o Sul detém a produção da batata e mandioca de nosso Estado, geralmente com prejuízos pela alta produção e pouco mercado, tornando ínfimos os lucros e desestimulante o plantio.

É sabido que a batata possui como seu subproduto, também, o álcool etílico.

Temos terra, possuímos o produto necessário para tal, porque ficarmos nesta dependência?

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1975.”

a) MAURICIO FRUET”.

Se houver oportunidade no Grande Expediente, gostaria de debater com os eminentes Deputados, aspectos dessa possibilidade cujo alcance será bastante produtivo ao Paraná. Abstemo-nos de encaminhar o requerimento neste instante.

—(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não esperava que este dia para mim chegasse, de ocupar esta tribuna com tristeza imperdoável. E o faço, acompanhado do povo do Vale do Piquiri, como representante daquele povo.

Há meses atrás ocupávamos esta mesma tribuna, endereçando a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a S. Exa. o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, a S. Exa. o Sr. Secretário da Justiça, um apelo para que ele simplesmente fizesse a minha cidade, ao meu município, à minha comarca, justiça.

Esta aqui em minhas mãos, Sr. Presidente, ofício mandado no dia primeiro de julho de 1975; “O Município de Mariluz vem à presença de V. Exa. Sr. Desembargador, Presidente do Tribunal, no momento em que a comissão encarregada de redigir o projeto do Código de Organização e Divisão Judiciário do Estado prepara-se para aprontar a redação definitiva, encaminhar um apelo para que o distrito judiciário de São Luiz e Mariluz não mais sejam desmembrados da comarca de Goioerê, e anexados à comarca de Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Moreira Sales e Mariluz formam uma região homogênea, com inúmeras identificações sob o ponto de vista geo-político e econômico-social. Não é por acaso que os três municípios integram a 11ª micro-região da SUDESUL e são filiadas à COMCAM — Comunidade do Município da Região de Campo Mourão, da qual participa Cruzeiro do Oeste.

Os perímetros de Goioerê e Mariluz se integram em grande extensão, restando praticamente os corredores de acesso entre Mariluz e Cruzeiro do Oeste. A população, grande maioria de Mariluz, habita nas vizinhas cidades de Goioerê e distrito judiciário de São Luiz, distante 18 km de Goioerê e quase 60 km de Cruzeiro do Oeste e, toda esta população é atendida pela agência do Banco do Brasil S/A, com sede em Moreira Sales, distrito judiciário que também pertence à comarca de Goioerê.

Se isto não bastasse, Mariluz e Goioerê continuam intimamente ligados em outros setores estatais, como, ensino, tributação federal e serviço militar.

Mariluz foi surpreendida com esta transferência, que em muito virá onerar os seus munícipes, sobretudo em relação ao registro imobiliário e ao distribuidor de feitos, aos quais continuariam ainda parcialmente vinculados em Goioerê, por vários anos, impondo-se o sacrifício de terem que se deslocar a este município, ou a Cruzeiro do Oeste para obterem as certidões que necessitem para a prática de quaisquer atos da vida cível.

E continua Sr. Presidente o relatório assinado por Joaquim Lopes Guitierrez, Prefeito de Mariluz:

“Se não bastasse este pedido e este apelo, dos vereadores de Mariluz se não bastasse este pedido e este apelo, dos membros da Arena de Mariluz, pedido do Rotary Club de Goioerê, do

Lions Club de Goioerê, da Ordem dos Advogados de Goioerê, do Sindicato de Trabalhadores de Goioerê, do Juiz de Goioerê, do povo, porque esta gente representa o povo, quis o Presidente do Tribunal e preocupou-se tanto também com a Câmara de Goioerê, como também com a vontade do povo do Vale do Piquiri”.

Este povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que confiou na Justiça, é que está vendo a olhos nus a injustiça imperar por este Governo paranaense que tanto apregoa a Revolução, a justiça, a paz, a harmonia, e deixa o povo sem saber o que faz, para satisfazer um Secretário de Estado. . .

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Inicialmente, quero agradecer a honra de apartear-lo, deputado Jayme Carvalho.

Eminente Deputado, V. Exa., como bacharel que é, afeito às lides forenses, não desconhece que os três poderes independentes e harmônicos entre si, as atribuições que têm são indele-

Sabe V. Exa. que é privativo do Tribunal de Justiça, que, através de Resolução, por voto da maioria do Tribunal Pleno, conferir ao Estado a nova Organização e Divisão Judiciária, intervindo o Poder Legislativo, por iniciativa do Poder Executivo, tão somente quando da apreciação da Mensagem que cria cargos, onerando o Tesouro, respeitando dispositivos constitucional. E é para evitar, eminente Deputado, que V. Exa. no calor da defesa que faz da sua gente, porque eu quero me associar a V. Exa. quando se diz que houve injustiça desmembrando Mariluz de Goioerê, anexando a comarca de Cruzeiro do Oeste, injustiça que por todas as camadas políticas e sociais teriam se manifestado a V. Exa. contra esta pretensão do Tribunal de Justiça, que acolheu uma proposta da Comissão Organizadora que é também, eminente Deputado, constituída de eminentes Srs. Desembargadores da mais alta respeitabilidade quer me parecer, Sr. Deputado Jayme Carvalho, que comprometeria a esta Casa com a iniciativa de V. Exa., na atitude que deseja adotar, no sentido de que não conseguiríamos evitar a injustiça que se faz contra Mariluz, ao mesmo tempo que apelo aos sentimentos mais puros que sei abriga o coração de V. Exa. no propósito de V. Exa. sempre fora, desta Casa, os mais justos na defesa dos interesses da coletividade que V. Exa. representa aqui e neste apelo, formular a V. Exa. um pedido que não se envolva o Sr. Governador, que não tem participação nenhuma. Nem poderia tê-la porque não lhe compete falar no assunto que é da exclusiva competência de outro Poder, que é o Tribunal de Justiça.

Fica o nosso apoio total e pediria que não se envolvesse as figuras ilustres do Governador do Estado e do Secretário da Justiça, que, sabemos, não têm participação porque nem poderiam tê-la, já que o Tribunal de Justiça é soberano em decisões desta natureza.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa. e numa última tentativa encaminharei um expediente no sentido de que a técnica prevaleça sobre a questão política e informo a V. Exa. que meu pensamento exposto hoje nesta Casa e desta tribuna é o pensamento dos vereadores de Goioerê e na ata envolvem o ex-Deputado Túlio Vargas.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Nobre Deputado Jayme Carvalho, como representante de Goioerê como V. Exa., estou em parte de acordo com o pronunciamento que faz, deixando de lado o envolvimento com relação ao Poder Executivo, dada, como bem disse o Deputado Ivo Thomazoni, a soberania do Poder Judiciário.

Mas, nobre Deputado Jayme Carvalho, nos vários e inúmeros contatos, como é de conhecimento de V. Exa., que mantivemos no Tribunal de Justiça para que não fosse cometida esta injustiça para com Goioerê.

De sorte, Sr. Deputado, eu concordo em parte, com o pro-

nunciamento de V. Exa. que é válido. E posso dizer a V. Exa. e a Casa que o pronunciamento do Prefeito de Goioerê, que disse à Comissão de Organização Judiciária, disse ao Sr. Secretário e ao Sr. Governador, que irá inclusive na forma legal, ver da possibilidade de fazer-se um plebiscito em Mariluz, para que Mariluz volte a pertencer à comarca de Goioerê. Era o aparte.

O SR. JAYME CARVALHO — Agradeço o aparte, e sou testemunho, Deputado Braga Côrtes, da sua luta, do seu trabalho, que infelizmente parece em vão, em benefício do nosso povo, seja a luta do prefeito, e eu falo em nome deles todos. Entretanto, vou tentar o último cartucho, vou encaminhar, e estou agradecido porque o líder do Governo, se assim nos ajudar, não a nós mas ao povo daquela região, ajudando ao Paraná, meu caro líder do Governo porque está comprovado pelos dados técnicos, que essa atitude foi uma injustiça.

E tentaremos embora assombrados, tentaremos ainda confiar na Justiça.

Muito obrigado - (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélcio Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, consulto a Mesa o tempo que me resta, no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — 28 minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho assomado a esta tribuna para afirmar posição em favor do povo que reside na zona de influência da Usina de Itaipu.

Dois dias deste fim de semana, circulei um raio de 100 km ao norte de Foz do Iguaçu, verificando, examinando, enriquecendo as vistas com aquelas terras férteis.

A chamada planície das margens do Rio Iguaçu e do Rio Paraná. E ali, em contato com diversos antigos moradores, homens que chegaram aquela região em barcas, em canoas, em cruzando fronteiras, enfrentando as matas, derrubando florestas, começando uma civilização, vindos do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraguai e da Argentina, aquele povo começou e continuou sozinho, louvado na grandeza de sua formação patriótica, de sua formação indígena, ou gaucha, adentraram às matas, plantaram ali, nesses últimos 50 anos, uma civilização, que é o exemplo da grandeza do próprio Brasil: a vicilização do Oeste do Paraná.

Hoje, distanciam as florestas e se observa um colorido verde pintado da terra nua, que esse povo constroí ali, todos os dias, de sol à sol, muitas vezes no clarear da lua mesmo, a sustentação econômica da agricultura paranaense. A melhor região, Srs. Deputados, para a agricultura mecanizada do Paraná, sem desmerecimento de outras regiões também pioneiras do norte, mas em matéria de qualidade, é a melhor do Paraná.

Famílias lutam para conseguir a manutenção de sua posse, conseguida na foice e no machado. Ali, naquela região onde os homens lutam como homens primários, da pré-história, lutam contra a força do Governo.

As estradas que ali estão, foram feitas, foram abertas pela mão de obra de iniciativa particular.

Srs. Deputados, a reclamação não é minha, não é deste Deputado, desta legislatura, ela vem se verificando há decênios de anos requerendo, pedindo, reivindicando e até exigindo a presença oficial nas obras públicas, principalmente, nas obras de educação e cultura.

Parece, até, que hoje me foi dado falar da educação e da cultura. Vi escolas que começaram a construir e que não foram concluídas.

São dois os aspectos. Chamo a atenção particularmente para um aspecto, que é o povo que reside naquelas vilas, que as construíram e que iniciaram aquele civilização. Enfoco, com real destaque, o aspecto social dessas vilas.

Outro aspecto, brigas de terras que persistem naquela re-

gião. É a segunda fase da atuação do Governo Federal - Incra, o maior latifundiário que o mundo já conheceu.

Precisa de uma mata, precisa de uma posição, precisa de uma posição, precisa de uma definição para se resolver de todo, este problema de terras no Paraná, principalmente o que está afetado diretamente ao Governo do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente não se observa, ou não se faz observância, não da legislação, mas dos aspectos primários da legislação, os aspectos sociológicos da legislação. Realmente, os aspectos sociais ou sociológicos deveriam inspirar uma atuação do Governo, em mandar verificar os aspectos da problemática sócio-econômica daquela região, e tomar uma posição firme e decidida, para se colocar termo nessa espera que vem de mais de 30 anos.

Organizou-se um Departamento de Terras no Estado, organizou-se uma Fundação de Terras no Estado — as dúvidas quanto à legislação de propriedades de um e de outro, continuam. Posteriormente vem política de Governo Federal com o Estado, fez-se uma junção de idéias que nunca chegaram a ser traduzidas fisicamente e, hoje, para quem se requerer, para quem se apelar, para quem reivindicar a solução efetiva para que o Paraná possa ter uma continuidade de Estado que cresce vantajosamente sobre os outros mais destacados destas unidades federativas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos, como contribuição, de sugerir ao Governo do Estado que determinasse uma Comissão, para se estudar o problema e resolver de vez a problemática de terras na região oeste do Paraná. Não se sabe também, por outro lado, subsidiariamente, se as terras que o INCRA avocou como suas por uma ordem do Governo da República, se o Estado recebeu uma indenização ou alguma reparação, porque efetivamente está a tomar prejuízo e a causar um dano patrimonial: não se sabe de que maneira o Estado poderá ser ressarcido das terras que o INCRA avocou para si. Mas, se o Estado não se preocupa nem com os seus concidadãos para dar uma proteção a eles, às condições de trabalho legislando a sua verdadeira e efetiva participação de trabalho na terra, como se poderia imaginar que ele se preocuparia com o patrimônio buscado, ou pescado pelo INCRA?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaríamos de sugerir que aquelas terras, das mais férteis do Estado do Paraná fossem tratadas com mais carinho, se resolvendo de vez por todas as questões e os litígios que só coloca mal o nosso Estado, que só coloca mal a nossa cultura, que só coloca mal a educação e o civismo do povo paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Mesa tem a honra e o prazer de assinalar a presença em nosso plenário, dos Srs. Deputados Alvaro Dias, Norton Macedo, e Gamaliel Siqueira Galvão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 153/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dotar o Oeste do Paraná de adequada infraestrutura Econômica e Social. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 76/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 173/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcelino Noguei-

ra, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 77/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 174/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 176/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia e Cadeia Pública na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 177/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 178/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Colegial Estadual Marechal Cândido Rondon, com sede no referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 81/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 180/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Marechal Cândido Rondon, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 82/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 181/75, que aprova o Termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 83/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 183/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de Santo Antonio do Paraíso, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rodrigues Alves, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 84/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 184/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Abatiá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dom Bosco, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 85/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 186/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do

Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no Grupo Escolar Ribeirão da Anta, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ribeirão da Anta, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 186/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ribeirão da Anta, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 86/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 187/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Osvaldo Gomes, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria da Administração e o município de Tomazina, em 23 de julho de 1975, com a finalidade da execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "Professor Osvaldo Gomes", na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 187/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Tomazina, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor "Osvaldo Gomes", na sede daquele município.

De acordo com o estabelecido pela Constituição Estadual, é de competência de Sua Excelência o Senhor Governador a celebração de Convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos que nos manifestar favorável à Proposição nº 187/75, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 87/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 189/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Manoel Sebastião Gonçalves, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 87/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Manoel Sebastião Gonçalves, da sede do município de Tomazina.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 189/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Manoel Sebastião Gonçalves, da sede do município de Tomazina.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo, com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 88/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 192/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Nilo Cairo, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 88/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Nilo Cairo, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 192/75

Acompanhado de Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Nilso Cairo, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 89/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 193/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Euclides da Cunha, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Euclides da Cunha, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 193/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Euclides da Cunha, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 90/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 194/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Marilândia do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Nova Amoreira e D. Pedro I, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 90/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Marilândia do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Nova Amoreira e D. Pedro I, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 194/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Marilândia do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Nova Amoreira e D. Pedro I, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 91/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 195/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Pinhalão, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Princesa Isabel, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 91/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Pinhalão, em 23 de julho de 1975, para a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Princesa Isabel, na sede daquele município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 195/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o termo de Convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria da Administração e o município de Pinhalão, com a finalidade da execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Princesa Isabel, da sede daquele município.

De acordo com o estabelecido na Constituição Estadual, é de competência do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende os interesses do Estado e do município referido.

Nestas condições, temos a nos manifestar favorável à Proposição nº 195/75, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 171/74, de autoria do Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, todas as Balsas que servem em estradas construídas ou conservadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. Parecer CONTRÁRIO da CCJ. – **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI Nº 171/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, todas as balsas que servem em estradas construídas ou conservadas no Estado do Paraná, pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O que levou-nos a apresentar este Plano de Lei que ora

submetemos a apreciação do Plenário, foi a revolta dos usuários de balsas no Estado e que são exploradas por firmas particulares.

O termo exploração é o mais adequado, pois cada balseiro cobra quanto quer, sem que haja qualquer controle de equipamento ou fiscalização de taxa de uso.

Além do mais o serviço é ineficiente e muitas vezes põe em risco a vida daqueles que por ali necessitam passar.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 171/74

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Domício Scaramella, visa autorizar o Poder Executivo a Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, todas as balsas que servem em estradas construídas ou conservadas pelo DER, no Estado do Paraná.

Em diligência por nós solicitada, o Projeto foi encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem, o qual através do Ofício 282 de 30/06/75, da Diretoria Geral, esclareceu que o serviço de Balsas que servem aos usuários no território do Estado do Paraná, está sob a orientação e fiscalização direta da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, através de suas Capitânias.

Em razão desse esclarecimento, nada mais nos resta do que considerarmos como inócuas as pretensões do presente plano de lei, já que a fiscalização dos serviços que ora se pretende declarar de utilidade pública, foge da esfera estadual.

Isto exposto, o nosso parecer é contrário ao mesmo, opinando-se pela sua REJEIÇÃO, por julgá-lo inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Azize dos Santos Gonçalves, ocorrido em Antonina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 28º aniversário de emancipação política do município de Ibiporã. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem do 35º aniversário de fundação do Rotary Clube de Londrina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de congratulações às emissoras de televisão TV Paraná Canal 6 e TV Paranaense Canal 12, pela excelente cobertura dada às provas do Grande Prêmio Paraná, transmitidas diretamente do Hipódromo do Tarumã. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, reivindicando a eletrificação rural na localidade de Espigão Azul, povoado do município de Cascavel. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine seja reconstruída a Ponte de Zinco, que liga Curitiba a Mandirituba, bem como a da Ponte da Cachimba. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando que a Mesa determine a expedição de correspondência, manifestando os agradecimentos desta Casa, pelo acolhimento dispensado pelos Executivos Muni-

cipais e pelas Câmaras Municipais de Maringá, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e Terra Rica, aos ilustres parlamentares com assento nesta Assembléia Legislativa que lá compareceram nos dias 8 e 9 próximos passados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que envide esforços junto ao Sr. Presidente da República, que ora visita o Paraná, a fim de que seja instalado, em nosso Estado, um polo Alcooleiro. — **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, no dia 30 de outubro requeri regime de urgência ao Projeto de Lei nº 147/75, confirmado através de proposta no mesmo sentido do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Como se trata de matéria que diz respeito à classe dos funcionários públicos e como são poucas as medidas neste sentido, solicitaria da possibilidade de incluir este plano de lei originário de Mensagem Governamental, na Ordem do Dia, para votação antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa mandará verificar se está em condições de vir a plenário. Está na Comissão, com vistas ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente,

já foi requerido o pedido de regime de urgência e cabe o requerimento do Deputado Ivo Thomazoni, com o qual concordamos.

O SR. PRESIDENTE — Mandarei incluir na ordem do dia tão logo seja localizado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 80/75, 81/75, 82/75, 83/75 e 84/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 85/75, 86/75, 87/75, 88/75, 89/75, 90/75 e 91/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 93/75, 94/75 e 95/75.

Marcando ainda na Ordem do dia para a sessão de quarta-feira, dia 12, a

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/75.

Levanta-se a Sessão.
